

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO EM COOPERATIVAS**

**PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS
COOPERATIVAS BRASILEIRAS SEGUNDO AS DIRETRIZES GRI**

MARIA ROSIANE DE SOUZA

ARAGUAÍNA

2016

MARIA ROSIANE DE SOUZA

**PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS
COOPERATIVAS BRASILEIRAS SEGUNDO AS DIRETRIZES GRI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Tecnologia em
Gestão de Cooperativas da Universidade
Federal do Tocantins, para obtenção do
grau de Graduada em Gestão de
Cooperativas.

Orientadora: Prof.^a Ma. Clarete Itoz.

ARAGUAÍNA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S729p Souza, Maria Rosiane de.
Publicações de Relatórios de Sustentabilidade nas Cooperativas Brasileiras Segundo as Diretrizes GRI. / Maria Rosiane de Souza. – Araguaína, TO, 2016.
36 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Cooperativas, 2016.
Orientadora : Clarete Itoz

1. Governança Cooperativa. 2. Sustentabilidade. 3. Diretrizes GRI. 4. Cooperativas Brasileiras. I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA ROSIANE DE SOUZA

**PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS
COOPERATIVAS BRASILEIRAS SEGUNDO AS DIRETRIZES GRI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Gestão de
Cooperativas da Universidade Federal
do Tocantins, como para obtenção do
grau de Gestor em cooperativas.

Orientadora: Profa. Ma. Clarete Itoz

Aprovado em: 23/06/2016

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Profa. Ma. Clarete Itoz

Profa. Ma. Renata Rauta Petarly

Prof. Me. Warton da Silva Souza

À minha Mãe por nunca permitir que eu desanimasse durante esta árdua jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me conceder a graça de viver e me permitir realizar este objetivo. Agradeço à minha família por me apoiar e fazer tudo que estava ao seu alcance para que eu pudesse concluir a graduação, e especialmente a minha tia Rosa a quem eu pude recorrer nos momentos mais difíceis, e a minha irmã Aida Maria, por me ouvir e me confortar nos momentos em que eu achava que não ia conseguir. À minha Orientadora pelo incentivo, paciência e confiança para que eu pudesse realizar este trabalho. À minha amiga Fernanda Brito por ter feito parte dos melhores momentos desta vida acadêmica. Ao meu namorado pela paciência e compreensão, por me ajudar quando eu mais precisei. Agradeço a todos os Professores que contribuíram imensamente para a minha formação profissional e pessoal, pois nos últimos 3 anos a Universidade tornou-se a minha segunda casa. E a todos os amigos que torceram pelo meu sucesso.

Obrigada!

*"Que os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem foram conquistadas
do que parecia impossível".
(Charles Chaplin)*

RESUMO

A pesquisa trata da publicação dos relatórios de sustentabilidade nas cooperativas brasileiras, trazendo um levantamento das cooperativas que divulgam relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da organização pioneira em relatos de sustentabilidade, *Global Reporting Initiative* (GRI), buscou-se analisar a versão das diretrizes utilizadas em cada um dos relatórios sendo GRI G3, GRI 3.1 ou GRI G4, com verificação externa e se são certificados pela GRI. E quanto aos relatórios publicados fora dessas diretrizes em quais aspectos principais estes não atendem a ampla divulgação das informações propostas pela *Global Reporting Initiative*, para tal análise buscou-se pesquisar as cooperativas brasileiras, seus *sites* e os relatórios de sustentabilidade publicados. De acordo com o levantamento, a publicação de relatórios de sustentabilidade nas cooperativas é uma prática pouco utilizada, o que deixa de atender ao princípio de transparência da governança cooperativa no qual essas organizações precisam ser transparentes a fim de permitir aos seus cooperados tomar decisões eficientes através das informações disponibilizadas, e ainda o relatório abrange não somente informações para os associados, pois é uma ferramenta de gestão que atende a todo o público de interesse, podendo ser também a sociedade, importantes usuários da informação, de acordo com o princípio da inclusão de *Stakeholders*. Para responder alguns questionamentos tais como os motivos pelos quais essas organizações correspondem um percentual tão pequeno de publicação de relatórios de sustentabilidade no Brasil, sendo apenas os ramos de saúde, crédito e agropecuário que tiveram publicações, fazem-se necessárias pesquisas posteriores.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Diretrizes GRI; Cooperativas Brasileiras.

ABSTRACT

The research deals with the publication of sustainability reports in Brazilian cooperatives, bringing a survey of cooperatives that disseminate sustainability reporting in accordance with the guidelines of the pioneering organization in sustainability reporting, the Global Reporting Initiative (GRI), we sought to examine the version of guidelines used in each of the reports with GRI G3 GRI 3.1 GRI G4 or with external verification and are certified by the GRI. What about the reports published outside these guidelines in which these key aspects do not meet the wide dissemination of the information proposed by the Global Reporting Initiative, for this analysis we tried to research the Brazilian cooperatives, their websites and published sustainability reports. According to the survey, the publication of sustainability reports in cooperatives is a little-used practice, which fails to meet the principle of cooperative governance transparency in which these organizations need to be transparent in order to allow its members make efficient decisions through information made available and the report not only covers information for associates, it is a management tool that meets all the public interest, and may also be society, major users of information, according to the principle of inclusion stakeholders. To answer some questions such as the reasons why these organizations correspond such a small percentage of publishing sustainability reports in Brazil, only health insurance lines, credit and agricultural publications that had, are necessary further research.

Keywords: Sustainability; GRI Guidelines; Brazilian Cooperatives.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1: Evolução das discussões sobre sustentabilidade.	17
QUADRO 2: Criação da Global Reporting Initiative.	19
QUADRO 3: Princípios para definição do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade.	22
QUADRO 4: Princípios para assegurar a qualidade do relatório.	22
QUADRO 5: Resumo dos conteúdos padrão gerais necessários.	23
QUADRO 6: Resumo dos conteúdos padrão específicos.	23
QUADRO 7: Etapas da coleta de dados.	27
FIGURA 1: Nível de Aplicação do Relatório GRI.....	20

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Dados representativos, por ramo de atividade, das cooperativas brasileiras.....	28
TABELA 2: Quantitativo de cooperativas por estado brasileiro e por região.....	28
TABELA 3: Quantitativo de cooperativas brasileiras por ramo.	29
TABELA 4: Quantitativo de cooperativas brasileiras que possuem site, publicam relatórios de sustentabilidade utilizando (ou não) as diretrizes GRI.....	30
TABELA 5: Quantitativo de relatórios publicados nas versões GRI G3, G3.1 e G4 das diretrizes de sustentabilidade Global Reporting Initiative, e relatórios publicados fora das diretrizes GRI.	30
TABELA 6: Quantitativo dos relatórios publicados, por estado, quanto a versão da GRI utilizada na elaboração, e relatórios fora das diretrizes.....	31
TABELA 7: Quantitativo de relatórios publicados nas versões GRI G3, G3.1 declarados de acordo com os níveis de aplicação da figura 1, e certificação.....	31
TABELA 8: Quantitativo de relatórios publicados na versão GRI G4 declarados padrão “de acordo” essencial e “de acordo” abrangente conforme quadros 5 e 6.....	32
TABELA 9: Quantitativo de relatórios publicados pelas cooperativas fora das diretrizes GRI.	32

LISTA DE ABREVIATURAS

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

ESG – *Environmental Social and Governance*

GRI – *Global Reporting Initiative.*

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

OCE's – Organizações das Cooperativas Estaduais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

UNESP – Programa Ambiental das Nações Unidas.

WCED – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A Governança Cooperativa	14
2.2 Breve Contexto Histórico da Sustentabilidade e Diretrizes GRI para Relatórios	17
2.3 Relatórios de Sustentabilidade nas Cooperativas como prática efetiva de governança	24
3. PROCESSO METODOLÓGICO	25
4. COOPERATIVAS BRASILEIRAS E RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE GRI.....	27
4.1 Breve Contexto do Cooperativismo no Brasil.....	27
4.2 Relatórios de sustentabilidade nas Cooperativas brasileiras	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscou-se verificar a divulgação de informações de sustentabilidade das cooperativas brasileiras, segundo padrão *Global Reporting Initiative* (GRI) de relatórios. O tema sustentabilidade tem se tornado preocupação mundial e as organizações tem buscado formas de conduzir suas atividades de forma sustentável, preocupando-se não somente com questões relacionadas ao meio ambiente, mas também questões sociais e econômicas.

Através disso, a GRI surgiu com o intuito de unificar diretrizes para orientar a elaboração de relatórios de sustentabilidade incentivando a publicações de informações não apenas de caráter obrigatório por lei, mas informações de caráter intangível, que permita aos *Stakeholders*¹ conhecer a organização através de um nível maior de detalhamento das informações permitindo ainda a comparabilidade entre eles, independente do tamanho ou atividade fim da organização.

Cabe também para as cooperativas a divulgação das informações por meio de relatórios de sustentabilidade, de forma que atenda os princípios de transparência e sustentabilidade da governança cooperativa, pois através do detalhamento, confiabilidade e comparabilidade de informações os cooperados podem melhor tomar decisões, o que leva ao cumprimento do segundo princípio cooperativista – gestão democrática, no qual os próprios associados são capazes de gerenciar seu empreendimento coletivo.

Foi realizado um levantamento dos relatórios de sustentabilidade das cooperativas brasileiras buscando-se identificar as publicações de acordo com as diretrizes GRI, para isso procurou-se primeiramente identificar as cooperativas (por meio da pesquisa nos *sites* das OCE's) e seus *sites*, tendo em vista que a *internet* tem se tornado uma importante ferramenta presente no cotidiano das pessoas e nos processos organizacionais.

A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho é qualitativa, por meio da identificação dos relatórios das cooperativas brasileiras importando o seu conteúdo, e não somente sua representatividade numérica. A pesquisa é descritiva trazendo um breve contexto histórico do tema da sustentabilidade, da criação da GRI e da identificação dos relatórios de sustentabilidade.

Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica e documental, e a identificação dos relatórios foi realizado nas páginas da *web* das cooperativas encontradas

¹ Termo inglês, que segundo a BM&FBOVESPA (2011) em português, partes interessadas, o termo é utilizado para definir os diferentes públicos ou entidades que afetam ou são afetados pelas atividades de uma entidade.

através dos *sites* da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Organização das Cooperativas Estaduais (OCE's).

O trabalho está subdividido nos seguintes itens: 2 Referencial Teórico, onde são abordados os aspectos da governança cooperativa, fazendo-se um breve contexto histórico da sustentabilidade e a origem das diretrizes GRI para relatórios, 3 Procedimento Metodológico, descrevendo as etapas de realização da pesquisa, 4 Cooperativas Brasileiras e Relatórios de Sustentabilidade GRI, onde se faz uma breve introdução sobre a história do cooperativismo no Brasil, e a contextualização dos dados da pesquisa com a análise dos relatórios de sustentabilidade das cooperativas brasileiras, e por ultimo 5 Considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Governança Cooperativa

A governança nas cooperativas colabora para a consecução dos objetivos econômicos e sociais sendo de grande importância na gestão, por isso o estudo de seus conceitos neste trabalho, pois através da publicação de relatórios de sustentabilidade atende-se ao princípio de transparência da governança cooperativa.

A governança segundo Pinto e Reisdorfer (2015) é entendida como a capacidade de um público de interesses de monitorar e avaliar como está sendo administrando seus recursos e informações, por uma organização, além de verificar como estão sendo levados em conta seus interesses e expectativas. É ainda um conceito abrangente com diferentes aplicações, e os principais tipos são governança global, governança pública, governança corporativa e governança cooperativa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2015) a governança corporativa é um sistema pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, a administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas, que objetiva preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização.

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2016) a Governança Cooperativa é um modelo de direção estratégica, que diretamente relacionado com os princípios e valores do cooperativismo busca através de práticas éticas, realizar os objetivos

sociais da cooperativa e garantir que a gestão seja feita de forma sustentável, e que atenda também aos interesses dos cooperados.

A governança cooperativa de acordo com Pinto e Reisdorfer (2015) pode em muitos aspectos possuir semelhança com outros tipos de governança como no contexto empresarial e governamental, porém apresenta suas peculiaridades em relação a essas práticas por ser uma sociedade de pessoas e não de capital, com princípios próprios caracterizados pela igualdade entre os sócios, portanto distinta dos demais tipos de organização e tem por objetivo principal atender as necessidades econômicas e sociais de seus cooperados.

Pinto e Reisdorfer (2015, p. 30) definem que a governança cooperativa “é o conjunto de processos, políticas, leis e regulamentos que fundamentam a forma como uma cooperativa é dirigida, administrada e controlada, permitindo que seus cooperados assegurem a execução dos objetivos organizacionais”.

A direção estratégica está inteiramente ligada à consecução dos objetivos sociais e econômicos da cooperativa contribuindo para a tomada de decisão por meio das informações disponíveis. “As boas práticas de governança cooperativa asseguram aos cooperados equidade de tratamento, conformidade legal, transparência e prestação de contas responsável a fim de que a sociedade cooperativa tenha o seu valor e perenidade aumentados.” (PINTO e REISDORFER, 2015, p. 30-31).

A cooperativa como sendo uma empresa de gestão democrática, sem fim lucrativo, constituída com a finalidade de prestar serviços aos seus sócios, precisa ser transparente e prestar informações para que os cooperados possam tomar decisões, informações essas que precisam estar disponíveis de forma clara e objetiva, buscando facilitar a participação de todos com a finalidade de exercer na prática o cumprimento do segundo princípio cooperativista – gestão democrática.

Essa “adoção da boa prática de governança cooperativa garante a aplicação da autogestão no Sistema Cooperativista Nacional” (OCB, 2016, p. 13) na medida em que incentiva o cooperado a participar ativamente e diretamente das decisões, através do acompanhamento mais detalhado da gestão.

Pinto e Reisdorfer (2015, p. 30) destacam que “os principais determinantes internos para a estruturação e organização da governança cooperativa são: conselho de administração, assembleia geral, conselho fiscal e auditorias”.

Princípios de governança cooperativa segundo a OCB (2016):

- Autogestão: É o processo pelo qual os próprios cooperados, de forma democrática e por meio de organismos de representatividade e autoridade legítimos, assumem a

responsabilidade pela direção da cooperativa e pela prestação de contas da gestão. Os agentes de governança são responsáveis pelas consequências de suas ações e omissões.

- Senso de Justiça: É o tratamento dado a todos os cooperados com igualdade e equidade em suas relações com a cooperativa e nas relações desta com suas demais partes interessadas.
- Transparência: É facilitar voluntariamente o acesso das partes interessadas às informações que vão além daquelas determinadas por dispositivos legais, visando à criação de um ambiente de relacionamento confiável e seguro.
- Educação: É investir no desenvolvimento do quadro social visando à formação de lideranças, para que estas tragam em seus conhecimentos de gestão e administração a essência da identidade cooperativa, base de sucesso e perpetuidade de sua doutrina.
- Sustentabilidade: É a busca por uma gestão ética nas relações internas e externas para geração e manutenção de valor a todas as partes interessadas, visando à perenidade da cooperativa, considerando os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

De acordo com a OCB (2016) a governança cooperativa tem como finalidade tornar mais transparente a administração da cooperativa, facilitar o desenvolvimento e a competitividade, contribuir com a sustentabilidade e perenidade do modelo cooperativista, incentivar e integrar a participação os cooperados do processo decisório, obter melhores resultados econômico-financeiros, buscar inovar e proporcionar melhoria na qualidade dos serviços ao quadro social e aplicar a responsabilidade social como integração da cooperativa com a sociedade civil.

A responsabilidade social está no berço do cooperativismo, conforme destaca Fonseca *et al.* (2014, p. 13), “na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.” De acordo com Anzilago (2015) as cooperativas, tem o papel de propagadoras do desenvolvimento local que com o sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade – busca o desenvolvimento da comunidade em que está inserida, com isso “a sociedade espera um retorno para que possa usufruir das melhorias que a cooperativa exerce neste meio”. (ANZILAGO, 2015, p. 22).

A governança cooperativa busca a longevidade social e econômica da cooperativa, para que ela continue a atender seus cooperados de forma sustentável a partir da estruturação do quadro social, da divulgação das informações, e práticas éticas de gestão o que vêm a contribuir para o pleno desenvolvimento das cooperativas.

2.2 Breve Contexto Histórico da Sustentabilidade e Diretrizes GRI para Relatórios

As discussões sobre sustentabilidade se intensificaram após as dificuldades econômicas enfrentadas no mundo, momento no qual se passa a perceber os problemas sociais e que os recursos naturais são escassos, nisto a responsabilidade das organizações de se prestar a um desenvolvimento que utilizando dos recursos naturais não os torne extintos para o uso das próximas gerações.

A sustentabilidade conforme destaca Rocha (2012)

Em linhas gerais (...) pode ser entendida como a capacidade de um sistema finito, como o planeta Terra, de estruturar um desenvolvimento economicamente viável, no qual seja possível a conservação do meio ambiente e a inclusão de maneira igualitária, sem discriminações ou exclusões, de toda a população. E, acima de tudo, compreender a interdependência de todos os elementos deste sistema. (ROCHA, 2012, p. 13).

De acordo com Sachs (2002) *apud* Rocha (2012) o conceito de sustentabilidade é dinâmico e leva em conta as necessidades constantes da população mundial, e a forma que esta precisa se organizar para suprir essa demanda em expansão, sem comprometer nenhuma variável envolvida. As variáveis que o conceito engloba segundo o autor são: social, econômica, cultural, ambiental, territorial, política nacional e internacional, e todas devem estar em equilíbrio.

As primeiras discussões sobre sustentabilidade tiveram seu marco inicial ao final da década de 1960, quando se tornaram mais nítidos alguns desequilíbrios do sistema econômico vigente. Em decorrência dos impactos econômicos causados pela crise mundial do petróleo, passou-se então a surgir reflexões mais fortes sobre os recursos naturais serem finitos, e como o crescimento desenfreado agravava os problemas ambientais (SIMÃO; BANDEIRA, 2016).

As empresas foram evoluindo nas discussões do tema da sustentabilidade no decorrer dos anos conforme ressalta BM&FBOVESPA (2011). A seguir o Quadro 1 descreve a posição das organizações com relação às discussões sobre sustentabilidade.

QUADRO 1: Evolução das discussões sobre sustentabilidade.

Anos 50 e 60	Ignorância total Há pouco ou nenhum entendimento das empresas acerca de seus impactos socioambientais. O tema em si ainda é assunto marginal nos meios acadêmicos e políticos.
Anos 70	Adaptação resistente As empresas opõem-se ao endurecimento da regulação sobre assuntos socioambientais, entendendo que são limites ao seu crescimento, mas buscam desenvolver capacidade para atender às novas obrigações de forma a manter a licença legal para operar.

Anos 80	<p style="text-align: center;">Além da obrigação</p> <p>As empresas líderes começam a ver benefícios em ir além da legislação. Multinacionais estendem suas práticas socioambientais da matriz para países onde a legislação é mais leniente. As práticas de prevenção à poluição e ecoeficiência começam a gerar também ganhos econômicos.</p>
Anos 90	<p style="text-align: center;">Mudança de rumo</p> <p>A institucionalização das questões socioambientais, junto ao aprimoramento tecnológico, oferece novas oportunidades às empresas. Indicadores de sustentabilidade e certificações voluntárias espalham-se, assim como práticas de diálogo com <i>stakeholders</i>, análise de ciclo de vida dos produtos e <i>ecodesign</i>. O <i>business case</i> começa a ser entendido pelas empresas líderes.</p>
Ano 2000 em diante	<p style="text-align: center;">Parcerias para um novo modelo de gestão</p> <p>O conceito de sustentabilidade corporativa se consolida como uma abordagem de gestão, fazendo com que inúmeras empresas mensurem seus impactos, inovem seus processos e produtos, dialoguem e prestem contas a seus <i>stakeholders</i>, bem como influenciem sua cadeia de valor na adoção da agenda.</p>

Fonte: [The Reference Compendium on Business and Sustainability, University of Cambridge Programme for Industry, 2004 (interpretação e adaptação FBDS) apud BM&FBOVESPA (2011)] Adaptado pela autora.

As diretrizes internacionais de sustentabilidade foram criadas a partir de discussões em várias partes do mundo relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e econômicos com o objetivo de descrever os impactos “sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia” (GRI G4, 2015, p. 03) e prestar informações a todos os usuários envolvidos. Nas cooperativas os *Stakeholders* podem ser, por exemplo, cooperados, funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, ONGs, órgãos reguladores, o governo etc.

A GRI é uma organização internacional fundada em Boston, EUA, no ano de 1997. Suas origens remontam às organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e o *Tellus Institute* (GRI, 2016). Foi “constituída com o objetivo de desenvolver diretrizes para melhorar as práticas de relatórios de sustentabilidade, buscando credibilidade, rigor, periodicidade e legitimidade da informação”. (BASTOS, 2006, p. 02).

A GRI segundo a BM&FBOVESPA é:

(...) uma organização baseada em redes, pioneira no desenvolvimento de diretrizes para a publicação de relatórios de sustentabilidade, e que tem como compromisso a melhoria contínua das diretrizes, bem como sua aplicação em escala mundial. Seu objetivo básico é levar o mesmo rigor analítico e quantitativo dos relatórios econômico-financeiros aos relatórios não financeiros. (BM&FBOVESPA, 2011, p. 12)

Sendo relatórios que contenham informações *Environmental, Social and Governance* (ESG), onde são abordados temas Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa

(BM&FBOVESPA, 2011). O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) também está envolvido no estabelecimento das diretrizes GRI para relatos de sustentabilidade. (GRI, 2016).

A primeira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade data de 2000 e foi construída dentro de um processo de engajamento voluntário de diversas partes interessadas: representantes do setor empresarial, ONGs, organizações trabalhistas, investidores institucionais, ativistas de direitos humanos, firmas de auditoria e consultoria, agências da ONU, entre outras. O processo tornou-se internacional e teve o intuito de desenvolver e disseminar globalmente diretrizes e incorporar indicadores de sustentabilidade para a elaboração de relatórios. (LOUETTE, 2007, p. 26)

Para um padrão universal de relatórios relacionados à sustentabilidade, a GRI em conjunto com várias organizações e profissionais criaram diretrizes para a publicação dos relatórios, para que fosse possível destacar todos os aspectos relacionados à sustentabilidade de uma determinada organização.

A OCB (2016) recomenda as cooperativas a dar publicidade aos seus relatórios periódicos de modo tempestivo e suficiente, divulgar além das informações econômico-financeiras e demais obrigadas por lei, prestar informações de todos os aspectos da atividade incluindo detalhes de caráter intangível sobre os eventuais riscos. O relatório de sustentabilidade pode ser considerado uma ferramenta de governança, no qual apresenta aos *Stakeholders* informações econômicas, ambientais e sociais da organização com a finalidade de ser transparente e confiável, e que contribua na tomada de decisão.

A seguir, apresenta-se o quadro 2, com uma perspectiva histórica da GRI:

QUADRO 2: Criação da Global Reporting Initiative.

1997 Fundação	Origem em Boston nos Estados Unidos, a partir de uma parceria com a <i>Coalition for Environmentally Responsible Economy</i> (CERES), e o <i>Tellus Institute</i> . O objetivo era criar um mecanismo de responsabilização para garantir que as empresas estavam seguindo os princípios CERES de conduta ambiental responsável.
1998 Comitê	A criação de um Comitê que envolvia várias partes interessadas para assim desenvolver orientações da organização. Ampliou-se o quadro de diretrizes para incluir questões sociais, econômicas e de governança e estabelecer uma ideia de um padrão global de relatórios que não fossem exclusivamente financeiros.
2000 Primeira versão das diretrizes	Lançamento da primeira versão das diretrizes internacionais de sustentabilidade, sendo a GRI a organização pioneira nesta questão da sustentabilidade.
2001 GRI como organização independente	A GRI se desmembra da CERES torando-se uma instituição independente e sem fins lucrativos.
2002 Sede em Amsterdã – Holanda Diretrizes G2	Parceria com a Organização das Nações Unidas ONU. Lançamento da segunda versão das diretrizes de sustentabilidade (GRI G2) em Johannesburgo na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Neste ano a sede é transferida para Amsterdã na Holanda.

2006 Terceira versão das diretrizes	Lançamento da terceira versão das diretrizes (GRI G3) e parceria formal com o Pacto Global das Nações Unidas.
2007 Focal Point no Brasil	Criação de escritórios regionais (<i>focal point</i>) para estabelecer uma presença regional nos territórios-chave, escritório no Brasil neste ano.
2011 Diretrizes G3.1	Atualização e conclusão do G3.
2014 Diretrizes G4	Lançamento da quarta versão das diretrizes de sustentabilidade (GRI G4).
2015 Exame G4	Exame de múltipla escolha disponível para mais de 70 países para as organizações obterem credenciamento e certificado GRI.

Fonte: GRI (2016) adaptado pela autora.

Como base para a publicação de relatórios de sustentabilidade as organizações contam com as diretrizes GRI G3, GRI G3.1 e GRI G4 – diretrizes lançadas pela GRI em 2006, 2011, 2014 respectivamente, são as mais utilizadas atualmente. “A visão da GRI é que os relatórios de desempenho econômico, ambiental e social elaborados por todas as organizações sejam tão rotineiros e passíveis de comparação como os relatórios financeiros.” (GRI G3, 2011, p. 43).

De acordo com a GRI (2012) sabendo-se que as organizações relatoras terão níveis diferentes de conhecimento, sobretudo nos primeiros anos de elaboração, logo, compreendendo essa realidade, trouxe nas diretrizes GRI G3 uma tabela chamada Nível de Aplicação do Relatório onde as organizações declaram à que nível utilizou as diretrizes GRI G3 para elaborar seu relatório de sustentabilidade, conforme especificado abaixo:

FIGURA 1: Nível de Aplicação do Relatório GRI.

Nível de Aplicação do Relatório	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da GRI RESULTADO	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a Forma de Gestão da GRI RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: GRI Pontos de Partida G3.1 (2012, p. 21)

As diretrizes orientam as organizações através dos *tópicos* que indicam que informações devem ser relatadas, informações estas que vão desde o nome, principais marcas

e produtos, formas de gestão, estratégia (em curto, médio e longo prazo) e governança da organização, até os indicadores para aspectos econômicos, sociais e ambientais no qual se relata, por exemplo, o percentual de mulheres e mulheres contratados e os cargos que ocupam e o percentual de negros em cargo de gerência, o consumo de energia, e medidas a serem tomadas para a redução e contribuição com o meio ambiente, projetos sociais desenvolvidos na comunidade e seus principais resultados, bem como também o desempenho econômico da organização, e seus impactos a nível regional e mundial.

O nível de aplicação do relatório pode ser de nível C, geralmente quando as organizações são iniciantes, até o nível A, no qual apresenta um detalhamento muito mais amplo de informações, podendo fazer verificação externa ou não. De acordo com a GRI (2007, p. 06) “o sistema tem três níveis, para fazer face aos diferentes graus de experiência dos responsáveis pela elaboração dos relatórios – principiante, intermediário ou experiente.”

As diretrizes GRI G4 são constituídas com os documentos: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão, e Manual de Implementação, a Estrutura de Relatórios é composta pelas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI, pelos Suplementos Setoriais, e pelos Protocolos. Para fins informativos conta ainda com as Séries de Aprendizagem pelo Programa Serviços de Aprendizagem da GRI que tem por objetivo:

[...] o aperfeiçoamento da compreensão e aplicação, pelas organizações, das diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI e dos temas a ela relacionados [...] o Programa serviços de Aprendizagem foi criado para auxiliar as organizações relatoras, independente de seu porte, localização, experiência com relatórios, setor ou tipo (GRI, 2012, p. 01).

Para a GRI G4 (2015), que são os princípios para relato e conteúdo padrão, o relatório de sustentabilidade apresenta modelo de valores e governança da organização, e demonstra a ligação entre a sua estratégia e seu compromisso com uma economia global sustentável. “O relato de sustentabilidade auxilia as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis.” (GRI G4, 2015, p. 03). “A aplicação real da GRI deve ser feito de forma que o relatório seja de transparência, e não como um relatório capaz de atestar a aparente sustentabilidade de determinada empresa preocupada em melhorar sua imagem/credibilidade perante as pressões da sociedade”. (ROCHA, 2012, p. 82). A proposta é partir para além das obrigações legais e incentivar a transparência para com os *Stakeholders* de forma voluntária.

De acordo com as diretrizes GRI G4 (2015) para Relatos de Sustentabilidade, os princípios para definição do conteúdo do relatório são:

QUADRO 3: Princípios para definição do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade.

Princípios	Descrição
Inclusão de Stakeholders	Os <i>Stakeholders</i> são aqueles que a organização considera responsável por prestar contas. A organização deve identificar seus <i>Stakeholders</i> e explicar no relatório as medidas adotadas para atender razoavelmente às expectativas dessas partes interessadas.
Contexto da sustentabilidade	O relatório a partindo desse princípio deve descrever o desempenho da organização no sentido mais amplo da sustentabilidade, contextualizando as informações sobre o desempenho, informações estas que envolvem a discussão da sustentabilidade em seu sentido mais amplo, partindo do questionamento de como a organização está contribuindo ou pretende contribuir no futuro para a melhoria ou deterioração de condições econômicas, ambientais e sociais em nível setorial, local, regional ou global.
Materialidade	Pelo princípio da materialidade os relatórios devem abordar aspectos que reflitam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, ou que possam influenciar as decisões dos <i>Stakeholders</i> . “a materialidade é o limiar a partir do qual os Aspectos tornam-se suficientemente expressivos para serem relatados.” (GRI G4, 2015, p. 11).
Completeness	No sentido da palavra, em ser um relatório completo, que a cobertura de aspectos materiais e seus limites seja suficientemente ampla para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos que permita aos <i>Stakeholders</i> avaliar o desempenho da organização em determinado período.

Fonte: GRI G4 (2015). Adaptado pela autora.

Os princípios para assegurar a qualidade do relatório, de acordo com a GRI G4 (2015)

são:

QUADRO 4: Princípios para assegurar a qualidade do relatório.

Princípios	Descrição
Equilíbrio	Para uma avaliação equilibrada do desempenho geral da organização é necessário que o Relatório contenha informações que reflitam aspectos negativos e positivos do desempenho da organização. “O relatório deve incluir resultados tanto favoráveis como desfavoráveis, bem como informações que possam influenciar decisões de <i>Stakeholders</i> de acordo com a sua materialidade.” (GRI G4, 2015, p. 13).
Comparabilidade	As informações devem estar selecionadas, compiladas, e relatadas pela organização de forma consistente, no qual permita os <i>Stakeholders</i> a analisar as mudanças de desempenho da organização ao longo do tempo e ainda permitir uma análise, na medida do possível, com o desempenho de outras organizações.
Exatidão	As informações devem obrigatoriamente ser precisas e detalhadas. O que irá determinar a exatidão é a natureza da informação e seus usuários. Geralmente a exatidão das informações qualitativas se dá pelo grau de clareza, detalhamento e equilíbrio dentro dos limites de Aspectos em conformidade. Já a exatidão das informações quantitativas pode depender de métodos específicos utilizados na coleta, compilação e análise dos dados.
Tempestividade	A organização deve publicar relatórios regularmente e disponibilizar informações para que seus <i>Stakeholders</i> consigam tomar decisões fundamentadas. Levando em consideração que a “consistência na frequência dos relatórios e na duração dos períodos cobertos também é necessária para garantir a comparabilidade entre as suas informações ao longo do tempo e a acessibilidade do relatório pelos <i>Stakeholders</i> .” (GRI G4, 2015, p. 15) E ainda equilibrar a necessidade de fornecer informações com a garantia de que sejam informações confiáveis.
Clareza	o princípio da clareza tem o objetivo de fazer com que a organização relatora disponibilize informações de forma compreensível e acessível aos públicos de interesses que usam o relatório de sustentabilidade disponibilizado, para contribuir com a clareza, gráficos e tabelas podem ser utilizados, e quando se fizer necessário elaborar um glossário. É essencial evitar detalhamentos excessivos e desnecessários.
Confiabilidade	Os <i>Stakeholders</i> precisam sentir segurança nas informações apresentadas no relatório, para isso é necessário que a coleta, registro, compilação, divulgação das informações e processos utilizados na elaboração do relatório permita sua revisão e comparação, assegurando a

	materialidade e qualidade das informações. Para a efetiva confiabilidade do relatório, a organização precisa atestar a possibilidade de identificação das fontes.
--	---

Fonte: GRI G4 (2015). Adaptado pela autora.

Atualizadas sob nova forma de declaração de nível de relatório as diretrizes GRI na versão G4 também se baseiam no conteúdo apresentado para classificar o nível de utilização, sendo estes dois níveis que deve ser definidos de acordo com o detalhamento das informações, assim considerados como conteúdos padrão (gerais e específicos) necessários “de acordo” – essencial, ou conteúdos padrão (gerais e específicos) necessários “de acordo” – abrangente GRI G4 (2015).

QUADRO 5: Resumo dos conteúdos padrão gerais necessários.

Conteúdos Padrão Gerais	“De acordo” - Essencial	“De acordo” - abrangente
Estratégia e Análise	G4-1	G4-1, G4-2
Perfil Organizacional	G4-3 a G4-16	G4-3 a G4-16
Aspectos Materiais identificados e limites	G4-17 a G4-23	G4-17 a G4-23
Engajamento de <i>Stakeholders</i>	G4-24 a G4-27	G4-24 a G4-27
Perfil do Relatório	G4-28 a G4-33	G4-28 a G4-33
Governança	G4-34	G4-34 G4-35 a G4-55(*)
Ética e Integridade	G4-56	G4-56 G4-57 a G4-58(*)
Conteúdos Setoriais gerais	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua (*)</i>	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua (*)</i>

Fonte: GRI G4 (2015, p. 12)

(*) Podem ser omitidos em casos excepcionais.

QUADRO 6: Resumo dos conteúdos padrão específicos.

Conteúdos Padrão Específicos	“De acordo” - Essencial	“De acordo” - abrangente
Informações genéricas sobre a forma de gestão	Apenas para Aspectos materiais (*)	Apenas para Aspectos materiais (*)
Indicadores	Pelo menos um indicador relacionado a cada Aspecto Material identificado (*)	Todos os indicadores relacionados a cada Aspecto Material identificado (*)
Conteúdos Setoriais Específicos	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua e se forem materiais (*)</i>	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua e se forem materiais (*)</i>

Fonte: GRI G4 (2015, p. 12)

(*) Podem ser omitidos em casos excepcionais.

Assim como nas diretrizes GRI G3 e G3.1 as diretrizes GRI G4 traz também *tópicos* para relatar as informações. Esses conteúdos envolvem o relato de informações sobre estratégia e análise, perfil da organização, governança (assim como nas outras diretrizes da GRI), informações sobre a ética e integridade, códigos de conduta, princípios e valores

organizacionais, e os indicadores de sustentabilidade aplicados de acordo com a materialidade.

Os níveis de elaboração e os princípios para definição do conteúdo e qualidade do relatório são que norteiam as organizações para a adequada e ampla divulgação de informações intangíveis por meio de relatórios de sustentabilidade, facilitando uma maior interação para com os *Stakeholders*, o que conseqüentemente traz inúmeros benefícios à organização, muitas vezes, até além das expectativas.

2.3 Relatórios de Sustentabilidade nas Cooperativas como prática efetiva de governança

O cooperativismo desde a sua base doutrinária e a constituição da primeira cooperativa, dos Pioneiros de Rochdale em 1844 em Manchester na Inglaterra, já levava em consideração a sustentabilidade da organização tendo em vista que o Cooperativismo é conceituado como sendo “um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia” OCB/SESCOOP (2016), o que se assemelha ao conceito de sustentabilidade que se tem atualmente que segundo Fonseca *et.al* (2014, p.13):

O desenvolvimento econômico e o bem-estar social aliam-se à preservação dos recursos ambientais e assim propiciam um ‘desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades WCED (1987) *apud* Fonseca *et.al* (2014, p.13).

Koslovski (2006, p. 03) afirma que “as ações de responsabilidade social das cooperativas não são esporádicas e nem têm por objetivo o marketing para alcançar maior credibilidade, mas fazem parte do seu DNA”.

No contexto social, as cooperativas se caracterizam como importantes mecanismos para distribuição equitativa de renda em termos regionais, perpetuando o ciclo econômico dentro das regiões onde estão inseridas, gerando mais emprego e renda em pequenas e médias localidades no interior do Estado. Logo o conceito de responsabilidade é historicamente exercido pelo sistema cooperativista desde a sua origem, através da aplicação dos princípios e valores do cooperativismo nos quais as preocupações com as dimensões econômica, social, cultural, política, ambiental e espacial são orientadas para a manutenção do bom funcionamento da rede de relacionamentos dos agentes envolvidos. (Simão; Bandeira, 2016, p. 08-09).

De acordo com a GRI (2015) nos relatórios de sustentabilidade as organizações precisam relatar informações relevantes da governança, isso significa descrever sua estrutura

e composição, sendo importante para garantir a adequada prestação de contas por partes dos órgãos que a compõe. “Esse conteúdo descreve como o mais alto órgão de governança está estabelecido e estruturado para sustentar o propósito da organização e como este se relaciona com as dimensões econômicas, ambientais e sociais” (GRI, 2015, p. 36). Para a OCB

O Relatório Anual é a mais importante e abrangente informação da cooperativa e, por isso mesmo, não deve se limitar a informações exigidas por lei. Envolve todos os aspectos da atividade em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados aos assuntos de confidencialidade, e destina-se a um público diversificado. (OCB, 2016, p. 28).

A OCB por meio do Manual de boas práticas em governança cooperativa busca incentivar essas entidades a prestar contas de suas ações e atividades a associados e a todos os envolvidos de forma transparente e ética buscando a sustentabilidade da organização, facilitando a informação e tomada de decisão, e para a sintetização e confiabilidade das informações a serem relatadas recomenda fortemente para as cooperativas a divulgação do relatório de sustentabilidade no modelo GRI, “principalmente para as que possuem relações internacionais em sua cadeia de valor”. (OCB, 2016, p. 28).

Em consonância com as características da GRI, a OCB (2016) destaca que se faz necessário as cooperativas darem publicidade aos relatórios periódicos, de modo tempestivo e suficiente não apenas das informações econômico-financeiras que a lei obriga, mas informações intangíveis principalmente dos eventuais riscos, e relato das atividades dos conselhos, diretorias e comitês, contando ainda com detalhamento do modelo de gestão e governança da cooperativa.

3. PROCESSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a prática da publicação de relatórios de sustentabilidade nas cooperativas brasileiras de acordo com as diretrizes GRI para relatos de sustentabilidade. Primeiramente buscou-se saber o quantitativo de cooperativas no Brasil pelo *site* da OCB Nacional, e depois a pesquisa em cada Estado da Federação. Com a identificação das cooperativas buscou-se por seus *sites*, e foram então procurados seus relatórios de sustentabilidade, desde a primeira publicação de relatórios deste tipo, até o último disponibilizado pelas cooperativas em seus *sites*. Logo, identificou-se a primeira publicação em duas cooperativas do ramo saúde, em 2008. E o último relatório publicado data de 2015,

sendo de cooperativas do ramo saúde, crédito e agropecuário. As fontes de pesquisa formam o *site* da OCB²; *site* do SESCOOP³; e os *sites* das OCE's⁴.

Quanto a sua abordagem trata-se de pesquisa qualitativa que segundo Silveira e Córdova (2009) esse tipo de pesquisa não se preocupa com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Quanto a seus objetivos a pesquisa é descritiva, que para Triviños (1987, p.110) “exige do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.” Para este estudo a pesquisa descritiva contribuiu para a identificação das práticas de publicação de relatórios de sustentabilidade das cooperativas brasileiras por meio de informações contidas na *web* nos anos de 2008 a 2015.

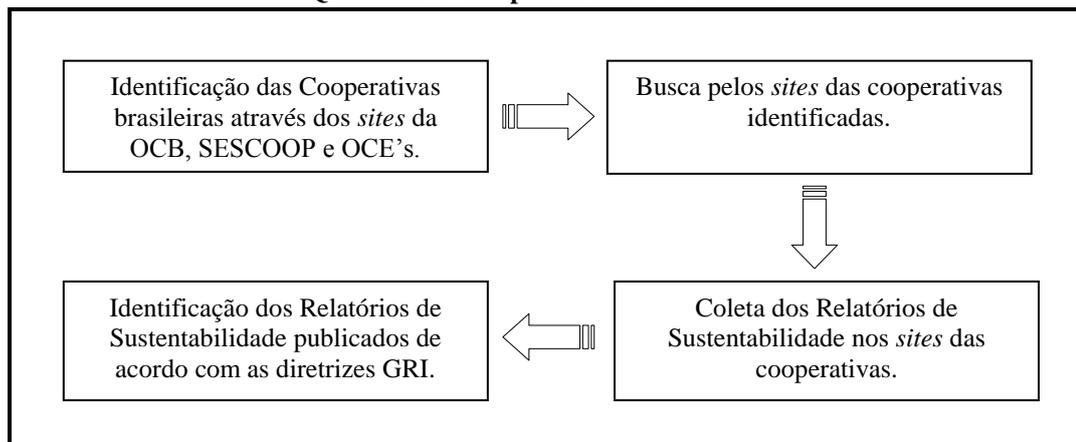
Os procedimentos da pesquisa são de caráter bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do estudo sobre o tema da sustentabilidade por meio de referências teóricas publicados em meios escritos, em formato digital ou físico, como livros, artigos científicos. De acordo com Fonseca (2002) qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, e utiliza fontes constituídas por material já elaborado. Para Fonseca (2002) a pesquisa documental trilha os mesmo caminhos da pesquisa bibliográfica, porém sua fonte é mais diversificada e dispersa sem tratamento analítico utilizando-se de tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, relatórios de empresas, etc. Segundo Marconi; Lakatos (2003, p. 174) “a principal característica da pesquisa documental é que a fonte de coletas de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” A pesquisa documental, neste estudo, teve por objetivo verificar a divulgação de informações de sustentabilidade das cooperativas no Brasil, segundo padrão GRI de relatórios de sustentabilidade por meio das publicações em suas próprias páginas na *web*.

A pesquisa das cooperativas brasileiras na rede mundial de computadores foi realizada do dia 12 de março a 15 de maio de 2016 e a coleta de dados foi realizada da seguinte forma:

² Organização das Cooperativas Brasileiras. Órgão máximo que representa as cooperativas no país, criado a partir do IV congresso Brasileiro de Cooperativismo no ano de 1969.

³ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Integrante do Sistema Cooperativista Nacional, criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 03 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999.

⁴ Organizações das Cooperativas Estaduais. Compõe a OCB Nacional, e estão presentes em todos os Estados e no Distrito Federal, criadas com o objetivo de consolidar o movimento cooperativista a partir do conhecimento da realidade de cada município brasileiro.

QUADRO 7: Etapas da coleta de dados.

Fonte: Elaborado pela autora

Os relatórios de sustentabilidade conforme recomenda a OCB devem estar de acordo com as diretrizes GRI, logo, buscou-se identificar a prática de publicação das informações de sustentabilidade das cooperativas brasileiras fazendo um comparativo entre as informações contidas em relatórios padrão GRI, e relatórios publicados sem o seguimento dessas diretrizes, quais as principais características dos relatórios GRI e em quais aspectos não consegue detalhar suas informações as cooperativas que não publicaram no padrão GRI recomendado pela OCB.

4. COOPERATIVAS BRASILEIRAS E RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE GRI

4.1 Breve Contexto do Cooperativismo no Brasil

A OCB (2015) define que “as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões”. Ainda em conformidade Caetano (2015, p. 41) define a sociedade cooperativa como “uma sociedade de indivíduos que buscam, nesta forma jurídica, economia de escala, objetivando viabilizar, fortalecer e agregar valor às atividades desenvolvidas de forma natural”.

São organizadas em 13 ramos de acordo com sua atividade, podendo ser classificadas em cooperativas Agropecuárias, de Consumo, de Crédito, Educacionais, Especiais, de Infraestrutura, Habitacional, Mineral, de Produção, de Saúde, de Trabalho, de Transporte, e cooperativas de Turismo e lazer. Segundo a OCB (2016) estabeleceu-se os ramos do cooperativismo com base nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais

denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 04 de maio de 1993.

TABELA 1: Dados representativos, por ramo de atividade, das cooperativas brasileiras.

Ramo de Atividades	Cooperativas	Cooperados	Empregos diretos
Agropecuário	1.543	993.564	180.891
Consumo	124	2.958.814	13.919
Crédito	980	6.931.144	46.824
Educacional	282	52.069	3.953
Especial	8	350	7
Habitacional	283	123.568	945
Infraestrutura	133	973.974	6.363
Mineral	80	74.172	239
Produção	268	12.534	1.932
Saúde	818	245.960	92.181
Trabalho	877	204.340	1.586
Transporte	1.164	133.886	12.132
Turismo e Lazer	22	1.798	23
Totais	6.582	12.706.173	360.995

Fonte: OCB, 2016. Adaptado pela autora.

Segundo a OCB (2016) o número de associados às cooperativas representam 6,2% da população brasileira, e se somado às famílias dos cooperados estima-se que o movimento cooperativista agregue mais de 51 milhões de pessoas, o que corresponde a 24,9% do total de brasileiros.

O sistema cooperativista é notório na economia brasileira, o que cabe citar o desenvolvimento de alguns segmentos em que segundo dados do IBGE (2006) as cooperativas agropecuárias são responsáveis por 48% da produção total de alimentos com importante papel na distribuição de leite, café, trigo, soja, arroz, feijão, carnes, legumes, frutas e demais produtos alimentícios. (OCB, 2016)

4.2 Relatórios de sustentabilidade nas Cooperativas brasileiras

Do total de cooperativas atualmente no Brasil, que são 6.582 (dados *site* OCB), as cooperativas por estado brasileiro, segundo dados da OCB, do SESCOOP e da OCE são:

TABELA 2: Quantitativo de cooperativas por estado brasileiro e por região.

Região/Estado	Quantitativo
Região Centro-Oeste	679
Distrito Federal	168
Goiás	243
Mato Grosso	168
Mato Grosso do sul	100
Região Norte	151

Rondônia	108
Tocantins	43
Região Nordeste	607
Alagoas	96
Bahia	90
Paraíba	70
Pernambuco	351
Região Sudeste	1.993
Espírito Santo	132
Minas Gerais	773
Rio de Janeiro	542
São Paulo	546
Região Sul	917
Rio Grande do Sul	432
Santa Catarina	261
Paraná	224
Total	4.347

Fonte: Elaborado pela autora (dados da pesquisa)

Nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe não foram encontradas informações do quantitativo de cooperativas, assim optou-se por excluir esses Estados do levantamento sobre relatórios de sustentabilidade GRI das cooperativas brasileiras.

TABELA 3: Quantitativo de cooperativas brasileiras por ramo.

Ramo de Atividades	Cooperativas
Agropecuário	1.012
Consumo	90
Crédito	890
Educacional	177
Especial	5
Habitacional	161
Infraestrutura	103
Mineral	33
Produção	103
Saúde	630
Trabalho	438
Transporte	691
Turismo e Lazer	14
Totais	4.347

Fonte: Elaborado pela autora (dados da pesquisa)

A diferença entre o quantitativo das cooperativas brasileiras apresentados pela OCB (2015) de 6.582 para 4.347 (dados obtidos com a pesquisa) se deve ao fato de que, como já foi citado, nem todas as OCE's apresentam informações sobre as cooperativas nos seus *sites*. Foi constatado que 16 Estados e o Distrito Federal publicaram informações sobre as cooperativas,

o estado do Rio de Janeiro divulga o quantitativo de cooperativas no *site* da OCE/RJ, porém não divulga a relação das cooperativas, o que impossibilitou a pesquisa dos *sites* e a busca pelos relatórios de sustentabilidade nas cooperativas neste estado.

TABELA 4: Quantitativo de cooperativas brasileiras que possuem site, publicam relatórios de sustentabilidade utilizando (ou não) as diretrizes GRI.

Estado	Site	Relatórios de sustentabilidade
Alagoas	16	-
Bahia	24	-
Distrito Federal	41	-
Espirito Santo	49	5
Goiás	84	-
Mato Grosso	49	3
Mato Grosso do Sul	35	-
Minas Gerais	378	10
Paraíba	24	-
Paraná	125	1
Pernambuco	43	-
Rio Grande do Sul	213	8
Rondônia	11	-
Santa Catarina	159	10
São Paulo	320	29
Tocantins	9	-
Total	1.580	66

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre as 4.347 cooperativas encontradas 1.580 possuem *sites*. Os relatórios publicados são de cooperativas do ramo agropecuário, saúde e crédito, os anos da publicação são de 2008 a 2015.

TABELA 5: Quantitativo de relatórios publicados nas versões GRI G3, G3.1 e G4 das diretrizes de sustentabilidade Global Reporting Initiative, e relatórios publicados fora das diretrizes GRI.

Ramos	Relatórios GRI G3	Relatórios GRI G3.1	Relatórios GRI G4	Fora das diretrizes GRI
Agropecuário	3	-	-	2
Crédito	-	-	1	3
Saúde	25	1	24	7
Total	28	1	25	12

Fonte: Elaborado pela autora

Foram 66 relatórios encontrados na rede mundial de computadores através dos *sites* das cooperativas, sendo apenas 24 cooperativas responsáveis por esse montante de publicações.

TABELA 6: Quantitativo dos relatórios publicados, por estado, quanto a versão da GRI utilizada na elaboração, e relatórios fora das diretrizes

Estado	Relatórios GRI G3	Relatórios GRI G3.1	Relatórios GRI G4	Fora das diretrizes GRI
Espírito Santo	-	-	3	2
Mato Grosso	2	-	1	-
Minas Gerais	3	-	7	-
Rio Grande do Sul	4	-	1	3
Paraná	-	-	-	1
Santa Catarina	5	1	1	3
São Paulo	14	-	12	3
Total	28	1	25	12

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 66 relatórios intitulados de relatórios de sustentabilidade pelas cooperativas, 54 foram publicados de acordo com as diretrizes GRI, utilizando-se das versões GRI G3, G3.1 ou G4. Os outros 12 relatórios são intitulados como de sustentabilidade, mas não indicam as diretrizes GRI na sua elaboração.

TABELA 7: Quantitativo de relatórios publicados nas versões GRI G3, G3.1 declarados de acordo com os níveis de aplicação da figura 1, e certificação.

Nível de Aplicação do Relatório	Relatórios GRI G3	Relatórios GRI G3.1	Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI
B +	2	-	2
B	10	1	4
C	15	-	3
Não identificado	1	-	-
Total	28	1	9

Fonte: Elaborado pela autora

As organizações relatoras precisam declarar o nível de aplicação definidos em seus relatórios conforme as diretrizes GRI G3 e G3.1. Nos dados da pesquisa 2 cooperativas declararam o nível de aplicação B+ sendo submetidos a verificação externa, e certificados pela GRI, são relatórios de cooperativa do ramo agropecuário. Utilizando a aplicação de nível B 11, sendo 4 certificados e relatórios publicados em nível C 15 relatórios, apenas 3 com certificação, ambos publicados por cooperativas dos ramos saúde e agropecuário. E 1 relatório não declarou seu nível de aplicação, declarando apenas que segue as diretrizes GRI G3.

TABELA 8: Quantitativo de relatórios publicados na versão GRI G4 declarados padrão “de acordo” essencial e “de acordo” abrangente conforme quadros 5 e 6.

Crítérios “de acordo”	Relatórios GRI G4
Essencial	20
Abrangente	3
Não identificado	2
Total	25

Fonte: Elaborado pela autora

Foram identificados 25 relatórios elaborados segundo as diretrizes GRI G4, 20 utilizaram a opção de “acordo” – essencial, 3 foram utilizadas a opção “de acordo” – abrangente, e 2 não identificaram.

TABELA 9: Quantitativo de relatórios publicados pelas cooperativas fora das diretrizes GRI.

Ramos	Fora das diretrizes GRI
Agropecuário	2
Crédito	3
Saúde	7
Total	12

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os relatórios publicados fora das diretrizes internacionais de sustentabilidade GRI tem em comum a ausência da definição específica dos *Stakeholders* (princípio da inclusão de *Stakeholders*) onde não fica claro para o leitor do relatório: a quem ele foi elaborado, e quais atitudes foram tomadas para atender minimamente suas expectativas. Em alguns relatórios estão citadas as organizações que estão se relacionando diretamente com a cooperativa, identificando-as apenas como parcerias.

Nos aspectos econômicos, sociais e ambientais o uso de indicadores é um importante fator para demonstrar a que nível se encontra a cooperativa nesses aspectos, e aonde se quer chegar por meio do estabelecimento de metas para alcance de resultados econômicos, redução de consumo de recursos naturais, os resultados das ações de responsabilidade social. É característica dos Relatórios GRI a utilização de indicadores, quando não se utiliza esse fator para a elaboração dos relatórios, dificulta-se a comparabilidade, pois não são mensurados os pontos relevantes para os *Stakeholders*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo verificar as informações de sustentabilidade nas cooperativas brasileiras, os dados da pesquisa mostram que do total de 6.582 cooperativas, abrangendo todos os ramos, de acordo com a OCB, 4.347 foram as cooperativas identificadas na pesquisa, ou seja, 66,04% do total de cooperativas. Este resultado se deve ao fato de que alguns estados não apresentaram informações nos *sites* das OCE's, que foram os Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe. 1.580 cooperativas possuem *site*, esse número representa um percentual de 24% do total das cooperativas.

Somente 24 cooperativas publicaram relatórios de sustentabilidade (cooperativas do ramo saúde, crédito e agropecuário), no período de 2008 a 2015, o que retrata uma prática de publicação ainda muito tímida, onde apenas 0,36% das cooperativas brasileiras relatam informações de sustentabilidade. São 54 relatórios elaborados nas diretrizes GRI de sustentabilidade, e 12 elaborados fora das diretrizes GRI, um total de 66 relatórios, de acordo com os dados da pesquisa.

A pesquisa atingiu seu objetivo, pois foi possível através dos *sites* das cooperativas encontrar os relatórios de sustentabilidade publicados, identificar quais as versões das diretrizes de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* utilizados e analisar em quais aspectos principais os relatórios publicados fora dos padrões da GRI não conseguem abarcar o detalhamento das informações recomendadas por tais diretrizes. Propõe-se para estudos posteriores um levantamento para identificar os motivos pelos quais as cooperativas representam um percentual tão pequeno de publicação de relatórios de sustentabilidade no Brasil, onde apenas os ramos de saúde, crédito e agropecuário tiveram publicações, o que levou a esse número identificado nesta pesquisa, que possa ser pelo desconhecimento das cooperativas, ou o não interesse em publicar este tipo de informação. Analisar o perfil das cooperativas relatoras, para buscar saber se existe alguma relação das publicações com o porte dessas organizações. Pode-se buscar saber também o que essa baixa divulgação de informações de sustentabilidade pode impactar nas cooperativas, no quadro social e na sociedade.

Quanto à publicação de relatórios de sustentabilidade segundo a OCB é recomendado as cooperativas a utilização das diretrizes GRI por ser um padrão mundialmente aceito e que no caso das cooperativas que desejam em sua cadeia de valor, possuir relações internacionais é

um importante instrumento de competitividade. Propõe-se para a OCB, SESCOOP e OCE's a criação de políticas de incentivo e apoio às cooperativas na construção e implementação de *sites* tendo em vista que é uma importante ferramenta de divulgação das informações.

REFERÊNCIAS

ANZILAGO, M. **MAPEAMENTO DO GLOBAL REPORT INITIATIVE NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**. 2015. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: < <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br>> Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

BASTOS, R. A. H. **Nova Versão do Global Reporting Initiative**. Banco Central Do Brasil. Diretoria de normas e organizações do sistema financeiro. Departamento de Organização do Sistema Financeiro. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Ano 1, nº 11, outubro de 2006. Disponível em:< <https://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 06 de abril de 2016.

BM&FBOVESPA. **Novo Valor. Sustentabilidade nas Empresas. Como começar, quem envolver e o que priorizar**. 2011. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br>> Acesso em 15 de abril de 2016.

CAETANO, M. **Revista Saber Cooperar: O capital social das cooperativas**. Ano V. Nº 18. JUL/AGO.2015. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas> >. Acesso em 23 de março de 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, L. P. ; MADRUGA, Lúcia R. R. G; MAZZA, V. M. S. ; TEIXEIRA, M. G.; STRECK, L. **Cooperativismo e sustentabilidade: um estudo sobre a produção científica na base web of Science**. Colégio Politécnico - UFSM, Santa Maria Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC RGC - Santa Maria, RS, Nº 01, Vol. 01, 1º Sem. 2014.

GRI - *Global Reporting Initiative* – GRI G3. **Directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**, versão 3.0. Amsterdã, 2000-2007. Disponível em: < <https://www.globalreporting.org> >. Acesso em 31 de maio de 2016.

GRI - *Global Reporting Initiative* – GRI. **Diretrizes para de Relatório de Sustentabilidade**, versão 3.1. Amsterdã, 2000-2011. Disponível em: < <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary>>. Acesso em 31 de maio de 2016.

GRI - *Global Reporting Initiative* – GRI G3. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade & Suplemento Setorial de Serviços Financeiros**, versão 3.0. Amsterdã, 2000-2011. Disponível em: < <https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 25 de maio de 2016.

GRI - *Global Reporting Initiative* – GRI G4. **Manual de Implementação**. Amsterdã, 2015. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 15 de março de 2016.

GRI - *Global Reporting Initiative* – **Pontos de Partida. Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?** Versão G3.1. Amsterdã, 2012. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 15 de março de 2016.

GRI - *Global Reporting Initiative* – GRI versão G4. **Princípios para relato e conteúdos padrão**. Amsterdã, 2015. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 15 de março de 2016.

GRI - *Global Reporting Initiative*. **HISTÓRIA DA GRI**. Disponível em <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 06 de abril de 2016.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5.ed. São Paulo, 2015. Disponível em: <www.ibgc.org.br> Acesso em 14 de março de 2016.

KOSLOVSKI, J. P. A cooperação e a responsabilidade social no Paraná. Paraná Cooperativo. Curitiba, PR, Ano 2, n. 17, p. 3-11, jan. 2006.

LOUETTE, A. **Compêndio para sustentabilidade**. Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental. 5 - Instrumentos de Gestão – Américas, 1ª edição São Paulo, SP 2007. Disponível em:< <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/> >. Acesso em 26 de março de 2016.

Marconi, M. A.; Lakatos, E.M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. – 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em 26 de março de 2016.

OCB. **Agenda Institucional do Cooperativismo**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb_congresso/downloads/Agenda_2016.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016.

OCB. **Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://governancacoop.brasilcooperativo.coop.br/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2016.

PINTO, N. G. M.; REISDORFER, V. K. **Governança cooperativa**. – Santa Maria, RS : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico : Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo>. Acesso em 26 de fevereiro de 2016.

ROCHA, T. A. C. **Análise do Relatório GRI como uma ferramenta para a mensuração de Sustentabilidade Empresarial**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em 20 de março de 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SIMÃO, A. G.; BANDEIRA, A. **O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA O ATINGIMENTO DA SUSTENTABILIDADE**. Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UniFAE - Centro Universitário Disponível em:< http://sottili.xpg.uol.com.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/angelo_arnaldo_cooperativas.pdf>. Acesso em 23 de março de 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.